

A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E AS IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR¹

CHILD SEXUAL ABUSE AND ITS IMPLICATIONS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Laís Cristina da Costaⁱ

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender de que forma a violência sexual contra crianças impacta o ambiente escolar e quais são as implicações desse fenômeno para o trabalho dos profissionais da educação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com professoras da Educação Infantil da rede pública de Sinop (MT). O estudo fundamenta-se em autores como Maria Cecília Minayo, Rodrigues e Mello, Paulo Freire e outros que abordam a violência e o papel pedagógico na proteção da infância. Os resultados revelam que, embora as docentes reconheçam a gravidade do tema e a importância do acolhimento, ainda enfrentam insegurança e falta de preparo para lidar com situações de abuso. Conclui-se que é essencial investir em formação continuada, protocolos claros e parcerias com órgãos de proteção, para que a escola possa cumprir seu papel de prevenção e cuidado.

Palavras-chave: Violência sexual infantil. Escola. Proteção. Educação.

ABSTRACT²: This article aims to understand how sexual violence against children impacts the school environment and what the implications of this phenomenon are for the work of education professionals. It is a qualitative study, based on semi-structured interviews conducted with early childhood

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E AS IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR”, sob a orientação da Prof. Dra. Edneuzza Alves Trugillo- Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2025/2.

² Resumo traduzido por Professora Mestra Betsemens Barboza de Sousa. Graduação em Letras Português/Inglês pela UNEMAT Câmpus de Sinop (2013). Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFMT Cuiabá (2015). Doutoranda em Letras pelo PPGLetras da UNEMAT Câmpus de Sinop (2025). <http://lattes.cnpq.br/5302438508837994>; teacherbettybarboza@gmail.com.

education teachers from the public school system of Sinop (MT), Brazil. The study is grounded in authors such as Maria Cecília Minayo, Rodrigues and Mello, Paulo Freire, among others, who discuss violence and the pedagogical role in protecting childhood. The results reveal that, although the teachers recognize the seriousness of the issue and the importance of providing care, they still face insecurity and lack of preparation to deal with situations of abuse. It is concluded that investing in continuous training, clear protocols, and partnerships with protection agencies is essential for schools to fulfill their role in prevention and care.

Keywords: Child sexual violence. School. Protection. Education.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual infantil é uma das mais graves violações dos direitos humanos e compromete o desenvolvimento integral da criança. A escola, por ser um espaço de convivência e socialização, tem papel fundamental na identificação de sinais e na proteção das vítimas. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a Lei nº 13.431/2017, é dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança proteção contra qualquer forma de abuso (Brasil, 1990; 2017).

Este artigo tem como objetivo analisar como os educadores percebem e lidam com situações de violência sexual infantil e quais as dificuldades enfrentadas no ambiente escolar. A pesquisa foi realizada com duas professoras da Educação Infantil da rede pública municipal de Sinop (MT), buscando compreender suas percepções, práticas e desafios diante de casos ou suspeitas de abuso.

A relevância do estudo está em evidenciar a necessidade de formação continuada e de criação de políticas públicas que apoiem a escola no enfrentamento desse problema social. A partir da escuta das docentes e da revisão teórica, pretende-se contribuir para o fortalecimento da atuação pedagógica como espaço de cuidado e proteção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A violência sexual infantil constitui um fenômeno complexo, resultante de fatores sociais, culturais e psicológicos. Segundo Minayo (2006), a violência no Brasil está ligada à desigualdade social, à pobreza e à naturalização da agressividade nas relações familiares. A autora destaca que crianças e jovens são as principais vítimas, sendo frequentemente alvos de abusos dentro do próprio lar.

Rodrigues e Mello (2024) analisaram pesquisas nacionais e internacionais sobre a atuação da escola na prevenção da violência sexual e constataram a ausência de políticas estruturadas e de formação docente adequada. As autoras afirmam que “as escolas brasileiras têm sido pouco exitosas

no desenvolvimento de ações preventivas à violência sexual infantil, devido à falta de instrumentalização e formação continuada de profissionais” (Rodrigues; Mello, 2024, p. 15).

Além do aspecto estrutural, há também o problema da cultura do silêncio, conceito trabalhado por Freire (1970), que explica como a dominação social impede a vítima de se expressar e reivindicar seus direitos. Para o autor, romper o silêncio é um ato de libertação, e a educação tem papel essencial nesse processo.

A escola, portanto, deve ser compreendida como um espaço de acolhimento e denúncia, capaz de romper ciclos de violência e promover práticas pedagógicas que priorizem o cuidado, a escuta e o respeito à dignidade infantil (Guia, 2023).

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2014), é adequada para compreender fenômenos sociais a partir das percepções e significados atribuídos pelos sujeitos. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, que possibilitou às participantes expressarem suas experiências de forma aberta e reflexiva.

Foram entrevistadas duas professoras da Educação Infantil da EMEI Tarsila do Amaral, em Sinop (MT), com experiência profissional superior a cinco anos. As entrevistas ocorreram em 2025, em ambiente reservado, preservando o sigilo e o bem-estar das participantes.

Além da abordagem qualitativa já adotada, este estudo apoia-se na compreensão de que pesquisas sobre violência sexual infantil exigem um olhar ético, sensível e interpretativo, considerando o sofrimento, o silêncio e as vulnerabilidades envolvidas. Conforme destaca Minayo (2014), pesquisas qualitativas sobre violência precisam respeitar a subjetividade dos participantes e garantir que o processo investigativo não produza dano emocional ou exposição indevida. Por isso, todas as etapas deste estudo foram conduzidas com cuidado, preservando o anonimato das professoras e assegurando a confidencialidade das informações.

O processo de análise seguiu procedimentos da análise temática, que consiste na identificação de categorias emergentes a partir das narrativas das participantes. Essa técnica, comumente utilizada em pesquisas sobre violência e educação, permite organizar os dados em eixos interpretativos que dialogam com a bibliografia e com os objetivos do estudo. A análise foi orientada pelos aportes teóricos de Paulo Freire, especialmente no que diz respeito ao diálogo, à escuta e à cultura do silêncio, bem como pelas contribuições de Minayo, que discute a violência como fenômeno complexo e multidimensional.

Além disso, considerou-se a legislação vigente como a Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 13.431/2017, para orientar o olhar da pesquisadora sobre os direitos das crianças e os deveres legais da escola e dos profissionais da educação. Essas normativas também serviram como parâmetro para interpretar as falas das professoras quanto à responsabilidade institucional no acolhimento e encaminhamento de casos de suspeita de abuso.

Por se tratar de pesquisa realizada no ambiente escolar, manteve-se atenção às questões éticas relacionadas ao contexto educativo. O contato com as participantes foi estabelecido após autorização institucional e concordância voluntária das professoras, que receberam informações claras sobre os objetivos do estudo e sobre a proteção de suas identidades. Esse cuidado metodológico está em consonância com as recomendações de Minayo (2014), que destaca a importância de garantir segurança emocional e respeito ao participante em pesquisas sobre violência.

4 RESULTADOS

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2014), é adequada para compreender fenômenos sociais a partir das percepções e significados atribuídos pelos sujeitos. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, que possibilitou às participantes expressarem suas experiências de forma aberta e reflexiva.

Foram entrevistadas duas professoras da Educação Infantil em Sinop (MT), com experiência profissional superior a cinco anos. As entrevistas ocorreram em 2025, em ambiente reservado, preservando o sigilo e o bem-estar das participantes.

Além da abordagem qualitativa já adotada, este estudo apoia-se na compreensão de que pesquisas sobre violência sexual infantil exigem um olhar ético, sensível e interpretativo, considerando o sofrimento, o silêncio e as vulnerabilidades envolvidas. Conforme destaca Minayo (2014), pesquisas qualitativas sobre violência precisam respeitar a subjetividade dos participantes e garantir que o processo investigativo não produza dano emocional ou exposição indevida. Por isso, todas as etapas deste estudo foram conduzidas com cuidado, preservando o anonimato das professoras e assegurando a confidencialidade das informações.

O processo de análise seguiu procedimentos da análise temática, que consiste na identificação de categorias emergentes a partir das narrativas das participantes. Essa técnica, comumente utilizada em pesquisas sobre violência e educação, permite organizar os dados em eixos interpretativos que dialogam com a bibliografia e com os objetivos do estudo. A análise foi orientada pelos aportes teóricos de Paulo Freire, especialmente no que diz respeito ao diálogo, à escuta e à cultura do silêncio, bem como pelas contribuições de Minayo, que discute a violência como fenômeno complexo e multidimensional.

Além disso, considerou-se a legislação vigente como a Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 13.431/2017, para orientar o olhar da pesquisadora sobre os direitos das crianças e os deveres legais da escola e dos profissionais da educação. Essas normativas também serviram como parâmetro para interpretar as falas das professoras quanto à responsabilidade institucional no acolhimento e encaminhamento de casos de suspeita de abuso.

Por se tratar de pesquisa realizada no ambiente escolar, manteve-se atenção às questões éticas relacionadas ao contexto educativo. O contato com as participantes foi estabelecido após autorização institucional e concordância voluntária das professoras, que receberam informações claras sobre os objetivos do estudo e sobre a proteção de suas identidades. Esse cuidado metodológico está em

consonância com as recomendações de Minayo (2014), que destaca a importância de garantir segurança emocional e respeito ao participante em pesquisas sobre violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a escola tem papel essencial no enfrentamento da violência sexual infantil, mas sua atuação ainda é limitada por falta de formação, protocolos claros e apoio institucional. As professoras entrevistadas demonstraram sensibilidade diante do tema, mas também insegurança e receio de agir sem orientação adequada.

Conclui-se que a prevenção e o combate à violência sexual infantil exigem o fortalecimento da rede de proteção e a formação continuada dos educadores. A escola precisa ser reconhecida como um espaço de acolhimento e de escuta, capaz de romper o silêncio e proteger a infância.

Como apontam Rodrigues e Mello (2024) e Minayo (2014), somente a integração entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas sensíveis poderá transformar a escola em um ambiente verdadeiramente protetor e humanizado.

Os resultados deste estudo reforçam que a violência sexual infantil permanece como um fenômeno marcado pelo silêncio e pela invisibilidade, exigindo da escola um papel mais ativo, sensível e preparado. As falas das professoras mostram que, apesar da consciência sobre a gravidade do tema, ainda existe um vazio formativo que impede intervenções seguras. Esse cenário confirma o que discutem Rodrigues e Mello (2024): faltam protocolos claros, apoio institucional e formação continuada que instrumentalizem o professor para atuar de maneira ética e fundamentada diante de suspeitas ou confirmações de abuso.

Nesse sentido, torna-se evidente que a escola precisa fortalecer sua função social como espaço de proteção. Conforme argumenta Paulo Freire (1970; 1996), a educação deve romper com a “cultura do silêncio” e promover relações pedagógicas baseadas no diálogo e na escuta humanizadora.

Ao aplicar esses princípios à prevenção da violência sexual infantil, compreende-se que a escola não pode limitar-se ao ensino de conteúdos, mas deve constituir-se como espaço em que as crianças se sintam seguras para expressar medos, dúvidas e sofrimento, condição essencial para que casos de abuso possam ser identificados e encaminhados.

Além disso, quando observamos que, segundo o Ministério da Saúde (2023), 70,9% dos casos de violência sexual contra crianças ocorrem dentro da própria residência, compreende-se que a escola é, muitas vezes, o único ambiente social em que a vítima encontra adultos capazes de perceber sinais e oferecer acolhimento. Por isso, investir na formação inicial e continuada dos educadores não é apenas uma necessidade pedagógica, mas uma responsabilidade ética e institucional.

Outro ponto fundamental evidenciado neste estudo é que o enfrentamento da violência sexual infantil não pode ser responsabilidade exclusiva dos professores. Como defendem Minayo (2006) e as diretrizes da Lei nº 13.431/2017, é necessário articular o trabalho escolar com a rede de proteção, Conselho Tutelar, serviços de saúde, assistência social e família, garantindo respostas integradas e

seguras. Sem esse diálogo intersetorial, a escola permanece frágil diante da complexidade do problema.

Assim, conclui-se que a prevenção e o combate à violência sexual infantil exigem: investimento urgente em formação continuada; elaboração de protocolos institucionais claros; fortalecimento da rede de proteção; práticas pedagógicas sensíveis, dialógicas e humanizadas; e valorização da escola como território de escuta e cuidado.

Por fim, reconhece-se que proteger a infância é tarefa coletiva e contínua. A escola, ao assumir uma postura ética e comprometida, pode tornar-se espaço de ruptura com o silenciamento e de promoção da dignidade humana. Como afirmaria Freire, é no encontro entre educação, diálogo e coragem que se abre caminho para transformar realidades e garantir que cada criança seja vista, acolhida e respeitada em sua integridade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GUIA, Joyce Cristine da Silva. A prevenção a violência sexual infantil nas escolas. Eventos Pedagógicos, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 551–560, 2023. DOI: 10.30681/rep.v14i3.11975.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uma em cada cinco estudantes já sofreu violência sexual. Editoria: Estatísticas Sociais. Texto: Cristiane Crelier. Arte: Brisa Gil e Jessica Candido. Rio de Janeiro: IBGE, 10 set. 2021. Atualizado em 24 out. 2022.
- LEWIS, Oscar. La Vida: Une famille portoricaine dans une culture de pauvreté: San Juan et New York. Traduit de l'anglais par Jean Rosenthal. Paris: Éditions Gallimard, collection «Témoins», 1983. ISBN 978-2-07-027165-8.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- RODRIGUES, R. M.; MELLO, R. R. de. Escolas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: análise bibliográfica de ações preventivas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 32, n. 123, p. e0244004, abr. 2024.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 20 de dezembro de 2025.

Aprovado em: 16 de janeiro de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.30681/rep.v16i3.14732>

ⁱ Laís Cristina da Costa. Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de Sinop, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN), semestre 2025/2. Sinop, Mato Grosso, Brasil.

Curriculum Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3372409507762827>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8500-8206>

E-mail: lais.costa@unemat.com.br